

# Personalidades apelam para moratória à mineração em mar profundo

3 de Março, 2023

Foi assinada por 30 personalidades uma Carta Aberta endereçada ao Governo português apelando a que a mineração em mar profundo seja considerada inviável, não apenas nas áreas mais vulneráveis, de alta biodiversidade ou áreas protegidas, mas em todo o oceano. A carta, iniciada pela ANP|WWF e pela Sciaena, é assinada por cientistas, ex-ministros, artistas e especialistas em assuntos do mar e ambiente e apela a uma moratória até que os riscos ambientais, sociais e económicos sejam compreendidos de forma abrangente e esteja claramente demonstrado que esta atividade pode ser gerida de forma a assegurar a efetiva proteção do ambiente marinho, evitar a perda de biodiversidade e salvaguardar as comunidades costeiras e a saúde humana.

Os subscritores consideram que o Governo português deve juntar-se a um número crescente de países (Alemanha, França, Espanha, Canadá, Nova Zelândia, Chile, Costa Rica, Equador, Panamá, Palau, Fiji, Micronésia, Samoa) e aplicar o princípio da precaução, declarando já uma moratória à mineração do leito do mar profundo sob jurisdição nacional e defender o mesmo para as águas internacionais nas reuniões da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) em março e julho de 2023.

“Permitir a mineração em ambientes tão valiosos é um retrocesso e não um passo rumo a um futuro sustentável, equilibrado e equitativo. A prioridade do Governo deve ser, sim, a de promover e financiar investigação científica sobre o mar profundo, para que, em conjunto, possamos assegurar a sua proteção e a preservação dos seus ecossistemas”, pode ler-se na carta, divulgada à imprensa.

Esta carta surge na mesma semana em que, num debate promovido pela ANP|WWF e pela Sciaena no Arquipélago dos Açores, o Governo desta região autónoma declarou publicamente que “concorda com a moratória à mineração em mar profundo nos mares deste arquipélago, seguindo um posicionamento já marcado pela grande maioria dos partidos representados no Parlamento Açoriano”, lê-se num comunicado, divulgado pela ANP|WWF e Sciaena.

As Associações relembram que a mineração em mar profundo destina-se a extrair minerais como cobre, cobalto, níquel ou manganês do fundo do mar, com maquinaria pesada a operar em condições muito adversas e arriscadas (elevada profundidade e sujeitas a grande pressão), destruindo localmente ecossistemas e perturbando outros a largas centenas de quilómetros em redor. Apesar do pouco conhecimento científico sobre estes habitats e os potenciais impactos desta atividade, as Associações alertam que “se se a indústria avançar, a intensidade e os métodos de mineração poderão destruir habitats completos, extinguir espécies e comprometer os serviços que eles nos proporcionam, prejudicando também as populações locais, principalmente as comunidades costeiras”.

A ANP|WWF e a Sciaena temem que, a iniciar-se esta atividade em Portugal, um dos locais preferenciais alvo de exploração poderá ser a Região Autónoma dos Açores, internacionalmente reconhecida como um oásis para a vida marinha, sendo inclusivamente casa ou ponto de passagem de grandes migradores oceânicos, muitos deles classificados, segundo a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), como Em Perigo ou Ameaçados, e cuja proteção ficará em risco.

A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) encontra-se a elaborar regras e normas globais aplicáveis à mineração em mar profundo em águas internacionais, as quais serão provavelmente concluídas em meados de 2023. Uma área de 1,2 milhões de km<sup>2</sup> de mar profundo em águas internacionais já foi licenciada para mineração pela ISA, refere o mesmo comunicado.

De acordo com as Associações, são crescentes os apelos a uma moratória global sobre todas as atividades mineiras em mar profundo, liderados por Organizações Não-Governamentais locais e internacionais, líderes de comunidades, cientistas, governos e organizações pesqueiras, que consideram que a extração não deve avançar até que os riscos ambientais, sociais e económicos sejam compreendidos – e até que se explorem todas as alternativas aos minerais do mar profundo.